

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO INTEGRADA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ENGENHARIA E A EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS NOVO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS – CAPS AD III, COM FUNCIONAMENTO 24 HORAS POR DIA, NO BAIRRO SÃO VICENTE, MUNICÍPIO DE ITAJAÍ – SC, conforme anteprojeto e demais elementos técnicos anexos que integram o presente edital.

1.1. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

As especificações técnicas e quantitativos estimados para a contratação pretendida, encontram-se no anteprojeto e na planilha orçamentária e suas respectivas memórias de cálculo anexos ao procedimento.

ITEM	UNID.	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SERVIÇOS	1	ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICO E EXECUTIVO DE ENGENHARIA E A EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS NOVO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS – CAPS AD III, COM FUNCIONAMENTO 24 HORAS POR DIA, NO BAIRRO SÃO VICENTE, MUNICÍPIO DE ITAJAÍ – SC, conforme anteprojeto e demais elementos técnicos anexos que integram o presente edital.	R\$ 3.186.333,97	R\$ 3.186.333,97

1.2. DA NATUREZA DO OBJETO

O objeto da presente contratação possui natureza predominantemente de engenharia, abrangendo tanto a elaboração dos projetos básico e executivo quanto a execução das obras e serviços de engenharia necessários à construção à implantação do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD III, com funcionamento ininterrupto (24 horas por dia).

Trata-se de uma contratação integrada, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, em que a elaboração dos projetos e a execução da obra serão realizadas por uma única empresa contratada, com base em anteprojeto previamente elaborado e fornecido pela Administração Pública, e que integra este Termo de Referência.

A natureza integrada do objeto visa assegurar a compatibilidade entre o projeto e a execução, além de proporcionar maior eficiência, controle técnico e redução de riscos na execução do empreendimento público, sendo especialmente recomendada para obras de maior complexidade técnica ou que exijam soluções inovadoras.

Dessa forma, o objeto possui caráter global e indivisível, não sendo passível de parcelamento, uma vez que a divisão comprometeria a eficiência, a coordenação e a responsabilidade única pelo resultado final da contratação, conforme §1º do art. 46 da referida Lei.

1.5. O PRAZO DE VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do contrato será contado a partir da data de sua assinatura e terá duração compatível com a execução integral do objeto, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, observando-se o seguinte:

O contrato terá vigência até o encerramento de todas as obrigações pactuadas, incluídas a elaboração e aprovação dos projetos básico e executivo, a execução total da obra, o recebimento definitivo, e demais atividades complementares previstas;

O prazo estimado de execução dos serviços é de até 10 (dez) meses, a partir da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica devidamente aprovada pela Administração, nos termos legais;

Trata-se de contrato por escopo, ou seja, sua vigência se prolongará até o cumprimento completo do objeto, independentemente de prazo determinado inicialmente, ressalvadas as hipóteses de rescisão, suspensão ou interrupção legalmente admitidas.

Parágrafo único: A vigência contratual poderá ser prorrogada por razões de ordem técnica, administrativa ou por caso fortuito ou força maior, desde que devidamente motivada e aprovada pela autoridade competente, conforme o art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A construção de um novo CAPS AD III se faz necessária para ampliar e qualificar a rede de atenção psicossocial do município de Itajaí/SC, garantindo o atendimento contínuo e especializado para pessoas com transtornos relacionados ao uso de álcool e outras drogas. A contratação integrada é justificada pela complexidade técnica da obra e pela busca de maior eficiência na gestão contratual, assegurando a compatibilidade entre projeto e execução.

3. LOCAL DA EXECUÇÃO

A obra será executada em terreno localizado no Bairro São Vicente, no município de Itajaí/SC. O terreno encontra-se sob a posse da Administração Pública Municipal, conforme matrícula e documentos anexos.

5. ESCOPO DA CONTRATAÇÃO

A empresa contratada será responsável por:

5.1. Elaboração de Projetos

Projeto básico de engenharia, com base no anteprojeto fornecido pela Administração;

Projeto executivo de arquitetura e engenharia, incluindo todas as disciplinas necessárias (estrutural, elétrica, hidráulica, prevenção contra incêndio, acessibilidade, etc.);

Memorial descritivo, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro, orçamento detalhado com composição de BDI e encargos sociais.

5.2. Execução da Obra

Mobilização, canteiro, instalações provisórias e sinalização;

Construção civil conforme projeto executivo aprovado;

Fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários;

Execução de testes, vistorias e comissionamento final;

Obtenção de licenças e autorizações exigidas (exceto as de responsabilidade da Administração);

Limpeza final e entrega da obra em condições de operação.

6. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

Prazo estimado: 10 meses, contados a partir da emissão da ordem de serviço;

Forma de pagamento: Mediante etapas concluídas, conforme cronograma físico-financeiro aprovado;

Responsabilidades da contratada: Integração total entre projeto e execução, atendimento às normas técnicas vigentes (ABNT, ANVISA, Ministério da Saúde), e legislação ambiental, trabalhista e de segurança;

Garantias exigidas: Garantia contratual (seguro-garantia) nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, no valor de até 5% do contrato, conforme avaliação de riscos.

7. VALOR ESTIMADO

O valor estimado da contratação será obtido com base em estudos de viabilidade técnica e econômica, composições de custos referenciais (SINAPI), além de orçamento estimativo constante do anteprojeto. A estimativa de custos detalhada encontra-se no Estudo Técnico Preliminar e nos documentos anexos.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme art. 33, inciso I da Lei nº 14.133/2021, atendidas todas as exigências técnicas, legais e operacionais do objeto.

9. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

9.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

9.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Capacidade Técnica Operacional:

Apresentar prova de registro ou inscrição da mesma e dos seus responsáveis técnicos junto à entidade profissional competente (CREA/CAU/CRT) a que estiverem vinculados.

Comprovação de experiência anterior da empresa na execução de serviços com características semelhantes ao objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, acompanhado(s) da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), conforme o conselho profissional competente (CREA, CAU ou CFT), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstrem: a) Elaboração de projetos básico e executivo de engenharia; b) Execução de obras civis em unidades de saúde ou similares, com funcionamento ininterrupto (24 horas), ou de complexidade compatível com a do CAPS AD III.

Capacidade Técnica Profissional:

Atestado(s) de responsabilidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s) da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) ou Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), conforme o conselho profissional competente (CREA, CAU ou CFT), vinculados a:

Profissionais que integrem o quadro permanente da empresa, comprovado por meio de contrato de trabalho, registro em carteira profissional (CTPS), ou contrato de prestação de serviços vigente ou profissionais contratados exclusivamente para a execução do objeto, com vínculo contratual formalizado e compatível com as exigências legais ou mediante declaração de vínculo profissional.

Comprovação do registro ativo dos profissionais no respectivo conselho de classe (CREA, CAU ou CFT), mediante apresentação de certidão atualizada emitida pelo órgão regulador competente.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Apresentar balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

Deverá comprovar capital social integralizado ou patrimônio líquido mínimo equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Apresentar Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da empresa, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

9.5. DA VISITA TÉCNICA:

A visita técnica é facultativa, porém o licitante que abrir mão da visita se responsabilizará com quaisquer custos de serviços adicionais não previstos em projeto, conforme decisão do TCU em Acórdão nº149/2013:

“no caso de futura licitação e na hipótese de a visita técnica ser facultativa, faça incluir no edital cláusula que estabeleça ser da responsabilidade do contratado a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação e execução da obra.” (TCU, Acórdão nº 149/2013 – Plenário).

Apresentar declaração de que “durante a visita, a empresa tomou conhecimento das condições físicas, ambientais, acesso ao local, infraestrutura existente e demais aspectos relevantes para a elaboração da proposta técnica e execução dos serviços. A empresa declara estar ciente e assumir plena responsabilidade por todos os fatores inerentes ao local que possam influenciar na execução do objeto contratual, não podendo alegar desconhecimento posteriormente”.

10. DAS OBRIGAÇÕES:

DA CONTRATADA:

Sem prejuízo de outras disposições previstas no edital, no contrato e na legislação aplicável, constituem obrigações da contratada, no âmbito da presente contratação integrada, as seguintes:

a) Projetos

Elaborar e apresentar, para aprovação da contratante, os projetos básico e executivo de engenharia, arquitetura e demais disciplinas técnicas necessárias à perfeita execução da obra, observando as normas técnicas vigentes, a legislação aplicável e os parâmetros estabelecidos no anteprojeto fornecido pela Administração.

Obter, em tempo hábil, todas as licenças, alvarás, registros, autorizações e demais documentos legais exigidos pelos órgãos competentes para a aprovação dos projetos e execução da obra.

Realizar as adequações necessárias nos projetos, caso identificadas pela fiscalização ou exigidas por órgão competente, sem qualquer ônus adicional para a Administração, desde que não haja alteração do escopo original contratado.

b) Execução da Obra

Executar, com recursos próprios ou subcontratados, todos os serviços de engenharia, construção civil, instalações prediais, sistemas complementares e acabamentos, de forma integral, conforme os projetos aprovados, normas técnicas e condições estabelecidas no contrato.

Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, insumos e mão de obra especializada necessários à execução integral da obra, observando os padrões mínimos de qualidade e desempenho estabelecidos no projeto e nos documentos contratuais.

Garantir que os serviços e obras sejam realizados dentro dos prazos estabelecidos, conforme cronograma físico-financeiro aprovado, adotando todas as medidas necessárias para evitar atrasos injustificados.

Respeitar integralmente as normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional, meio ambiente e acessibilidade, bem como as orientações da fiscalização e os regulamentos aplicáveis à atividade.

Responder por danos causados a terceiros ou ao patrimônio público decorrentes de atos seus ou de seus prepostos durante a execução do contrato.

c) Testes, Comissionamento e Entrega

Realizar os testes, ensaios, verificações técnicas e comissionamento dos sistemas e instalações executadas, garantindo pleno funcionamento do edifício ao final da obra.

Entregar a obra totalmente concluída, em plenas condições de uso e operação, com emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo, acompanhada de:

As-built (projeto conforme executado);

Manual de operação e manutenção dos sistemas;

Certificados de conformidade e garantia dos equipamentos;

Licenças de funcionamento, se aplicáveis.

d) Documentação e Acompanhamento

Manter, durante toda a execução contratual, um responsável técnico legalmente habilitado, devidamente registrado junto ao conselho profissional competente, como representante da empresa perante a contratante.

Apresentar relatórios periódicos de execução, conforme definido pela fiscalização, incluindo o andamento físico e financeiro da obra.

Permitir e colaborar com a fiscalização da Administração Pública, disponibilizando acesso livre à obra, documentos, registros e profissionais, sempre que solicitado.

Responder, durante o prazo contratual e de garantia, por vícios, defeitos ou falhas eventualmente identificados na obra ou nos serviços executados, promovendo as correções necessárias sem ônus adicional para a contratante.

DA CONTRATANTE

Constituem obrigações da Contratante, representada pela Administração Pública Municipal, no âmbito desta contratação integrada:

a) Gestão e Fiscalização

Designar formalmente um gestor e uma equipe de fiscalização técnica, administrativa e financeira, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, para acompanhar, controlar e fiscalizar a execução do contrato, inclusive quanto à compatibilidade dos serviços com os projetos, especificações técnicas e cronograma aprovado.

Emitir a Ordem de Serviço Inicial, autorizando o início das atividades por parte da contratada, nos prazos e condições estabelecidos no contrato.

Apreciar, aprovar ou solicitar ajustes nos projetos apresentados pela contratada, dentro de prazos razoáveis, de forma a não comprometer o andamento da execução contratual.

Disponibilizar à contratada todas as informações e documentos técnicos necessários à elaboração dos projetos e à execução da obra, inclusive o anteprojeto, os estudos preliminares, o levantamento topográfico e demais elementos integrantes do edital.

b) Apoio Administrativo e Legal

Adotar as providências cabíveis para viabilizar o acesso ao local da obra, inclusive a liberação do terreno, livre de impedimentos físicos, legais ou ambientais.

Fornecer os documentos sob sua responsabilidade para que a contratada possa obter as licenças, registros e autorizações legais junto aos órgãos competentes.

Analisar e deliberar sobre relatórios de execução, medições, notas fiscais e solicitações formais da contratada, respeitados os prazos legais e contratuais, observando o princípio da razoabilidade.

c) Pagamentos

Efetuar os pagamentos devidos à contratada, conforme as condições estabelecidas no contrato e no cronograma físico-financeiro, mediante atesto da fiscalização e apresentação da documentação exigida.

d) Recebimento da Obra

Promover, nos termos da legislação vigente, o recebimento provisório e definitivo da obra, mediante a verificação da conformidade dos serviços executados com os projetos e especificações, e desde que atendidas as demais exigências legais e contratuais.

Notificar a contratada sobre eventuais não conformidades, pendências ou irregularidades identificadas durante a execução ou no recebimento da obra, concedendo prazo para correções.

11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

11.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

11.1.1. Início da execução do objeto: em até 5 dias após a emissão da ordem de serviço e mediante a realização da reunião para alinhamento e balizamento;

11.2. Local e horário da prestação dos serviços

11.2.1. Os trabalhos serão realizados conforme cronograma físico financeiro a ser apresentado pela empresa contratada, devidamente atestados pelos fiscais e gestores do contrato.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

12.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

12.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

12.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

12.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

12.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

Fiscalização (Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto 12840/2023)

12.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

12.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

12.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

12.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

12.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

12.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

12.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

12.15. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

12.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

12.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

12.17.1. Auxílio na verificação matemática da contabilização dos serviços efetivamente entregues.

Gestor do Contrato

12.18. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração

12.19. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

12.20. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

12.21. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

12.22. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

12.23. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

12.24. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e

gestão

nos

termos

do

contrato.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Medição dos Serviços

13.1. A medição será realizada com base na efetiva execução dos serviços, conforme cronograma físico-financeiro aprovado, observando-se os quantitativos, especificações técnicas, prazos e qualidade exigidos no projeto executivo e nas normas aplicáveis.

13.2. As medições deverão ser realizadas periodicamente (mensal ou quinzenalmente, conforme definido no contrato), por servidor(es) ou equipe técnica designada pela Contratante, mediante vistorias in loco, e serão registradas em boletins de medição, assinados pela fiscalização e pela contratada.

13.3. Para os serviços de elaboração dos projetos básico e executivo, será considerada a entrega dos produtos completos, revisados e aprovados pela Administração como marco para medição e pagamento dessa etapa.

13.4. A Contratada deverá apresentar, junto com cada boletim de medição, os seguintes documentos:

Relatório de execução física detalhado;

Fotografias dos serviços executados;

Planilha comparativa entre o previsto e o executado;

Nota fiscal correspondente;

Comprovação da regularidade fiscal e trabalhista atualizada (se exigida no edital para pagamento

Pagamento

13.5. Os pagamentos serão efetuados com base nas medições atestadas pela fiscalização, em até 30 dias úteis após a apresentação da documentação completa e regular, conforme cronograma financeiro pactuado.

13.6. O pagamento será realizado exclusivamente em conta bancária de titularidade da Contratada, vedada qualquer forma de cessão de crédito sem prévia autorização da Administração.

13.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendências:

De documentação obrigatória;

De correção de serviços apontados pela fiscalização;

De cumprimento de cláusulas contratuais, legais ou regulamentares.

13.8. O último pagamento estará condicionado ao recebimento definitivo da obra e à apresentação de todos os documentos exigidos, inclusive os termos de garantia, manuais, projetos “as built” e demais obrigações contratuais.

Disposições Complementares

13.9. A existência de medições anteriores não implica aceitação tácita dos serviços ou renúncia a qualquer direito da Contratante de exigir a correção de falhas, vícios ou divergências técnicas.

13.10. A Contratante poderá reter valores ou suspender pagamentos em caso de descumprimento contratual, até a regularização da situação, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

13.11. Em caso de atraso no pagamento por culpa exclusiva da Administração, será aplicada atualização financeira nos termos da legislação vigente.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos

consignados no Orçamento Geral da União (PAC).

880-26.26026.10.301.3.1.98.0.449000

15. VALOR ESTIMADO

O valor estimado é de **R\$ 3.186.333,97** (três milhões, cento e oitenta e seis mil, trezentos e trinta e três reais e noventa e sete centavos)

16. ELEMENTOS TÉCNICOS ANEXOS

Integram este Termo de Referência:

Anteprojeto de Arquitetura;

Estudo Técnico Preliminar;

Mapa de riscos;

Orçamento estimativo;

Cronograma físico-financeiro preliminar;

Diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde quanto à tipologia da UBS Porte II;

Minuta do contrato.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

A fiscalização da execução do contrato será realizada por servidores designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

GESTOR:

MYLENA MARTINS LAVADO, Secretária Municipal de Saúde

FISCAL DE EXECUÇÃO (ENGENHEIRO)

Lidia Granemann Gemo – Ocupante do cargo de Diretora de Planejamento Urbano CREA SC 116317-0

FISCAL ADMINISTRATIVO:

MARCOS PAULO GAMA, gerente de manutenção, matrícula 2771601, e-mail:manutenção.sms@itajai.sc.gov.br.

A contratada deverá apresentar periodicamente relatórios de acompanhamento e participar de reuniões técnicas de avaliação.

A presente contratação observará os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e transparência.

Itajaí/SC, 12 de agosto de 2025

Elaborado por:

Murilo Fernandes Linhares

Diretor de Manutenção e conservação de patrimônio